

Perda de Atividade Acadêmica na Graduação em Saúde de Instituição de Ensino Privada Durante a Pandemia por COVID-19 e Fatores Associados: Estudo Transversal, Vitória, ES, 2021

LOSS OF ACADEMIC ACTIVITY IN HEALTH UNDERGRADUATION AT A PRIVATE EDUCATIONAL INSTITUTION DURING THE COVID-19 PANDEMIC AND ITS ASSOCIATED FACTORS: A CROSS-SECTIONAL STUDY, VITORIA, ES, 2021

PÉRDIDA DE ACTIVIDAD ACADÉMICA EN GRADUACIÓN EN SALUD EN UNA INSTITUCIÓN DE EDUCACIÓN PRIVADA DURANTE LA PANDEMIA COVID-19 Y SUS FACTORES ASOCIADOS: ESTUDIO TRANSVERSAL, VITÓRIA, ES, 2021

Caroline Feitosa Dibai de Castro

Kênia Ferreira Laporte

Thiago Dias Sarti

Ana Paula Santana Coelho de Almeida

Francine Alves Gratalvo Raposo

Juliana Feitosa Dibai

Maria Angélica Carvalho Andrade

RESUMO

A pandemia da COVID-19 impactou o funcionamento do sistema educacional, de forma que a modalidade virtual de aulas, as despesas com educação e saúde (física e mental), entre outras, afetaram o ensino de jovens universitários. O presente estudo quantitativo, analítico, exploratório de corte transversal, feito nos protocolos de pesquisa vigentes, buscou então identificar os fatores associados à perda de atividade acadêmica no contexto pandêmico por estudantes de medicina, enfermagem, fisioterapia e serviço social de Instituição de Ensino Superior Privada em Vitória (ES), Brasil. Os dados foram coletados virtual e presencialmente usando o *Google Forms*, de novembro de 2021 a janeiro de 2022. No *SPSS Statistics* (versão 24) e *STATA* (versão 15.1), foram analisadas tanto a variável dependente (perda de atividade acadêmica por dificuldade de custeio da graduação) quanto as independentes (as questões sociodemográficas). Participaram do estudo 847 alunos; na maioria, eram do sexo feminino, cor branca, classe social “A”, e dependentes da família para custeio da graduação. O desfecho mostrou que 9,46% dos estudantes perderam atividades acadêmicas por dificuldades de custeio, sendo na maioria mulheres, do curso de Serviço Social, não-casadas, da classe social “B”, de cor parda/preta, com até 3 salários-mínimos de renda familiar, sem trabalho formal, e com bolsas estudantis. Conclui com uma reflexão sobre o papel multifuncional das mulheres e suas dificuldades na sociedade atual, apontando que bolsas estudantis promovem a proteção social, mas sozinhas são insuficientes para impedir a perda de atividades acadêmicas.

Palavras-chave: Estudantes, Educação Superior; Pandemias, COVID-19.

ABSTRACT

The COVID-19 pandemic had such an impact on the functioning of the educational system that virtual classes, education, (physical and mental) health expenses, among others, have affected the education of young college students. Therefore, this quantitative, analytical, exploratory, cross-sectional study, carried out in accordance with current research protocols, sought to identify factors associated with loss of academic activity in the pandemic context by medical, nursing, physiotherapy and social work students from a private higher education institution in Vitoria (ES), Brazil. Data were collected both virtually and in person, on *Google Forms*, from November 2021 to January 2022. In *SPSS Statistics* (version 24) and *STATA* (version 15.1), both the dependent variable (loss of academic activity due to difficulty to bear undergraduate studies costs) and the independent ones (social and demographic issues) were analyzed. A total of 847 students participated in the study, the majority of whom were female, white, social class “A”, and dependent on their families to pay for their undergraduate studies. The outcome showed that 9.46% of the students lost academic activities due to difficulty in undertaking expenditures, being overall women, who were studying Social Work, unmarried, from social class “B”, brown/black, with a family income of up to 3 minimum wages, who do not work but receive student grants. The study concludes with a reflection on the multifunctional role and hardships of women in current society, stating that student grants promote social protection, but alone are insufficient to prevent the loss of academic activities.

Keywords: Students, Higher Education; Pandemics, COVID-19.

RESÚMEN

La pandemia de COVID-19 impactó tanto en el funcionamiento del sistema educativo que las clases en modalidad virtual, los gastos con educación y de salud (física y mental), entre otros costos, afectaron la enseñanza de jóvenes universitarios. Este estudio transversal cuantitativo, analítico, exploratorio, hecho en los protocolos de investigación vigentes, buscó identificar los factores asociados a la pérdida de actividad académica en el contexto pandémico de la parte de los estudiantes de medicina, enfermería, fisioterapia y trabajo social en una Institución Privada de Educación Superior en Vitória (ES), Brasil. Los datos fueron recopilados de forma virtual y presencial mediante *Google Forms*, desde noviembre de 2021 a enero de 2022. En *SPSS Statistics* (versión 24) y en *STATA* (versión 15.1), tanto la variable dependiente (pérdida de actividad académica por dificultad para costear la graduación) como la independiente (cuestiones sociodemográficas) fueron analizadas. Del estudio participaron 847 estudiantes; en su mayoría, eran mujeres, blancas, de la clase social “A”, y dependientes de su familia para costear sus estudios. El resultado arrojó que el 9,46% de los estudiantes perdieron actividades académicas por dificultades de costeo, siendo la mayoría mujeres, en la carrera del Servicio Social, solteras, de clase social “B”, pardas/negras, con hasta 3 salarios mínimos de ingreso familiar, ningún trabajo formal,

y con becas estudiantiles. Se concluye con la reflexión del papel multifuncional de la mujer y sus dificultades en la sociedad actual, señalando que las becas estudiantiles proveen una protección social, pero por si solas son insuficientes para evitar la pérdida de actividades académicas.

Palabras clave: Estudiantes, Educación Superior; Pandemias, COVID-19.

INTRODUÇÃO

Ao longo da história, grandes epidemias e pandemias trouxeram grandes transformações à sociedade. A doença respiratória provocada pelo Coronavírus/COVID-19 foi identificada pela primeira vez em dezembro de 2019, na cidade de Wuhan, China, e, em março de 2020, a Organização Mundial de Saúde (OMS) declarou pandemia, diante da rápida disseminação do vírus e do crescimento exponencial das taxas de incidência e mortalidade da doença no mundo, o que resultou na adoção de recomendações globais, como o distanciamento e isolamento social^{1,2,3}.

Quando observado o cenário educacional frente à pandemia, estudos apontam que 90% dos estudantes no mundo foram impossibilitados de frequentar aulas em 2020. Nesse contexto, adaptações emergentes foram necessárias no segmento educacional diante da perda da atividade acadêmica - objeto de nosso estudo - em que metodologias remotas foram inseridas, majoritariamente nas instituições privadas e no ensino superior a fim de não prejudicar o curso das atividades acadêmicas dos estudantes. No entanto, observou-se maior agilidade de inserção no setor privado, ao tempo que, nas universidades públicas, esse processo foi mais lento e a suspensão de aulas por tempo mais prolongado incidiu no atraso de formação em diversos cursos^{4,5}.

No Brasil, o Ministério da Educação (MEC) regulamentou a mudança das aulas presenciais para via remota por meio de várias portarias, de forma possibilitar a continuidade do ensino, sendo elas: 343/2020, 345/2020, 473/2020 e 544/2020. A partir disso, o uso de tecnologias de informação tornou-se uma realidade na vida dos estudantes, tendo estes capacitação, manejo e recursos tecnológicos ou não, e a internet se tornou um recurso essencial no prosseguimento das aulas no país^{4,6-9}.

Há de se ressaltar que não houve planejamento e capacitação prévia à adoção dessas tecnologias, para atender as dificuldades que foram encontradas na prática, destaca-se que, ao realizar um comparativo entre o ensino remoto e ensino a distância (EaD), este possui um rigoroso planejamento para execução, enquanto o primeiro,

especialmente no presente contexto, caracterizou-se pela transferência do ensino presencial para o espaço virtual, ocasionando inúmeros emblemas ¹⁰.

Um aspecto importante do período pandêmico que deve ser levado em consideração são os impactos psicoemocionais gerados a toda a sociedade e que afetaram jovens estudantes. Dentre os impactos mais observados nesse grupo foi o aumento dos níveis de estresse, ansiedade e depressão que afetaram negativamente o desempenho acadêmico de universitários. De mesmo modo, o acesso ao ensino superior também ficou prejudicado, o qual tem sido realizado por meio do Exame Nacional do Ensino Médio (Enem), que foi vislumbrado como forma de minimizar a desigualdade social e racial existente no país ^{11,12}.

Nesse cenário, o setor privado, hoje predominante no país, abre espaço para grande massa de estudantes que não se enquadram no sistema de cotas e não entram nas vagas da ampla concorrência a partir de subsídios governamentais direcionados às instituições de ensino superior privadas como o Programa Universidade Para Todos (PROUNI) e o Financiamento Estudantil (FIES). Essas e outras medidas buscam possibilitar o alcance da meta estabelecida pelo Ministério da Educação, em seu Plano Nacional de Educação (PNE), que visa estabelecer aproximadamente 14 milhões de jovens brasileiros inseridos no ensino superior ^{13,14}.

Em relação aos cursos de graduação da área da saúde, tem-se fortemente a mercantilização do curso de medicina, que nos últimos anos (2000-2019) apresentou um crescimento de 214,9%. O perfil de expansão do ensino superior brasileiro é marcado pelo setor privado-mercantil, oligopolizado, vinculado ao setor financeiro e que aposta, sobretudo, em meios para maximização de lucros desde a época colonial e o curso de medicina nesse contexto nasce com caráter profissionalizante dissociado dos demais cursos, selecionando um perfil específico de estudantes para essa graduação ^{15,16}.

Como forma de possibilitar o ingresso e a permanência do estudante universitário no curso pretendido, dentre eles a Medicina, o Programa Universidade Para Todos de 2005, ano de sua criação, até 2016 propiciou acesso ao ensino superior a mais de 1,9 milhão de estudantes, destes 70% com bolsas integrais (1,33 milhão de estudantes). Há de se considerar que, para o fortalecimento desse programa, foi concedido aos alunos com bolsa parcial o acesso ainda ao financiamento estudantil (FIES), como forma de garantir a permanência do estudante no curso pretendido ¹⁴.

São necessárias evidências científicas robustas sobre o impacto da pandemia nos diferentes níveis ou etapas de escolaridade, na divergente população inserida neste setor,

nas metodologias de ensino e tecnologias envolvidas, no desempenho dos estudantes, assim como nos subsídios governamentais dispensados como política educacional de acesso ao ensino superior. Dessa forma, este estudo tem por objetivo identificar os fatores associados à perda de atividade acadêmica relacionada à dificuldade de custeio da graduação num contexto marcado pela pandemia da COVID-19, seja mediante pagamento integral das mensalidades ou subsídios governamentais, como o Programa Estadual Nossa Bolsa (PNB), o Programa Universidade Para Todos e o Financiamento Estudantil num contexto marcado pela pandemia por COVID-19. A perda de atividade diz respeito a aulas, apresentação de trabalhos e demais atividades acadêmicas que envolvem o processo ensino-aprendizado.

MÉTODOS

Trata-se de um estudo quantitativo, analítico, exploratório de corte transversal realizado com estudantes da área da saúde numa Instituição de Ensino Superior (IES) Privada do município de Vitória, capital do estado do Espírito Santo, Brasil. A instituição é tradicional na formação de profissionais de saúde e foi a primeira instituição de ensino superior privada de saúde a se instalar no estado. O município sede da IES compõe a região metropolitana do Espírito Santo, localizado na região Sudeste do país, e possui cerca de 4,10 milhões de habitantes distribuídos em seus 78 municípios, que, em sua maioria, são de pequeno e médio porte ¹⁷.

O município de Vitória, ES, é praticamente todo urbano, tem uma população de aproximadamente 370 mil habitantes, possui altos indicadores de qualidade de vida, congrega muitos serviços de saúde dos distintos níveis de complexidade assistencial e está como a 6ª capital com maior densidade médica dentre as demais do país ¹⁸.

Para termos uma maior compreensão do cenário do estudo, o estado do Espírito Santo possui 131 cursos superiores de: Enfermagem (35), Fisioterapia (31), Serviço Social (59) e Medicina (06). Especificamente o município de Vitória, capital do estado, concentra a maior parte das universidades, dentre elas o maior campus da única universidade pública do estado, possui 88 cursos superiores da saúde, dentre eles: Enfermagem (18), Fisioterapia (17), Serviço Social (51) e Medicina (02).

Os dados da pesquisa foram coletados por meio de um questionário próprio estruturado aplicado por via digital no período de novembro de 2021 a janeiro de 2022. Todos os estudantes dos cursos da instituição acima foram convidados a participar da

pesquisa, recebendo o questionário presencialmente, por e-mail e por aplicativo de mensagens (WhatsApp®). Os estudantes foram abordados nas salas de aulas presenciais e virtuais pela pesquisadora principal (CFDC) com fins de sensibilização, apresentação do protocolo de pesquisa e disponibilização do endereço eletrônico do questionário. Contatos por e-mail e aplicativo de mensagens também foram realizados semanalmente em horário comercial durante o período da coleta de dados. Após esse período, os estudantes que não responderam às mensagens foram excluídos do trabalho.

O questionário foi estruturado em cinco blocos: 1. Perfil Sociodemográfico; 2. Informações acerca da escolha da graduação; 3. Custeio da graduação; 4. Experiências da vida estudantil; e 5. Qualidade de vida e impacto da pandemia na vida e nos estudos. O instrumento foi testado com 10 estudantes da IES antes da coleta de dados (outubro de 2021), com tempo de duração média de preenchimento de 30 minutos. Posteriormente ao teste, foram realizados os ajustes necessários para melhor inteligibilidade das questões.

O banco inicial de respostas dos estudantes foi armazenado em formato *.xls*, a partir do Google Docs®, sendo exportado para os pacotes estatísticos IBM SPSS Statistics version 24 e STATA versão 15.1 (StataCorp, College Station, TX, USA), onde foram feitas as análises. Estas compreenderam estatística descritiva simples e bivariada com aplicação do teste de qui-quadrado.

A variável dependente foi perda de alguma atividade acadêmica pelo estudante devido a alguma dificuldade de custeio de sua graduação. As variáveis independentes foram: sexo, estado civil, cor da pele, classe social (aferida pelo Critério Brasil da Associação Brasileira de Empresas de Pesquisa, ABEP), renda familiar, atividade laboral concomitante aos estudos, curso de graduação, forma de custeio da graduação (recursos próprios ou bolsista), dificuldade percebida para o custeio da graduação e participação de responsável financeiro no custeio da graduação, situação de trabalho dos responsáveis financeiros em detrimento dos efeitos da pandemia por Covid-19.

O estudo foi aprovado pelo Comitê de Ética em Pesquisa do Centro de Ciências da Saúde da Universidade Federal do Espírito Santo com o parecer 4.278.841. Foram adotadas todas as determinações éticas da Resolução 466/12, do Conselho Nacional de Saúde. Todos os participantes da pesquisa assinaram Termo de Consentimento Livre e Esclarecido digitalizado.

RESULTADOS

O quantitativo de estudantes que responderam ao questionário representou um total de 52% (847) de todos os alunos que estavam matriculados (1629) na instituição em 2021. Em relação ao total de respondentes, a média de idade foi de aproximadamente 22 anos, sendo a maioria do sexo feminino (637; 75,3%), não casados no momento da pesquisa (803; 94,9%), brancos (534; 63,1%), da classe social A (459; 54,3%), que não trabalhavam (681; 80,5%), que nasceram (557; 65,8%) e residiam (635; 75,1%) na região metropolitana de Vitória antes de entrar na faculdade, e de estudantes da graduação em medicina (418; 49,4%) (Tabela 1).

Tabela 1 – Fatores associados à perda de atividades acadêmicas pelo estudante devido à dificuldade de custeio da graduação em uma instituição de ensino privada – Vitória, Espírito Santo, 2021.

	Perda de Atividade				Total	valor-p
	Não		Sim			
	Não	%	n	%		
Sexo						
Feminino	576	90.42	61	9.58	637	0.835
Masculino	190	90.91	19	9.09	209	
Estado civil						
Casado/União estável	38	88.37	5	11.63	43	0.617
Outros	728	90.66	75	9.34	803	
Cor da pele						
Amarelo(a)	1	50.00	1	50.00	2	0.000
Branco(a)	503	94.19	31	5.81	534	
Indígena	1	50.00	1	50.00	2	
Preto(a)	50	76.92	15	23.08	65	
Pardo(a)	211	86.83	32	13.17	243	
Classe social						
A	438	95.42	21	4.58	459	0.000
B1/B2	258	88.97	32	11.03	290	
C1/C2	70	74.47	24	25.53	94	
DE	0	0.00	3	100.00	3	
Renda familiar						
Entre 1 e 3 SM	250	83.33	50	16.67	300	0.000
Entre 3 e 7 SM	166	90.71	17	9.29	183	
Acima de 7 SM	350	96.42	13	3.58	363	
Membro da família desempregado						
Não	645	92.94	49	7.06	694	0.000
Sim	121	79.61	31	20.39	152	
Membro da família desempregado na pandemia						
Não	588	93.04	44	6.96	632	0.000
Sim	178	83.18	36	16.82	214	
Mãe ou pai com redução salarial na pandemia						
Não	349	92.57	28	7.43	377	0.001
Apenas mãe	95	83.33	19	16.67	114	
Apenas pai	144	96.00	6	4.00	150	
Ambos	178	86.83	27	13.17	205	
Trabalha e estuda						
Não	632	92.80	49	7.20	681	0.000
Sim	134	81.21	31	18.79	165	

Graduação						
Enfermagem	145	90.06	16	9.94	161	0.000
Fisioterapia	151	90.42	16	9.58	167	
Medicina	396	94.74	22	5.26	418	
Serviço social	74	74.00	26	26.00	100	
Custeio da graduação						
Recursos próprios	500	94.34	30	5.66	530	0.000
Bolsista	266	84.18	50	15.82	316	
Dificuldade de custeio						
Nenhuma dificuldade	278	89.97	31	10.03	309	0.000
Pouca / moderada dificuldade	261	98.12	5	1.88	266	
Muita / enorme dificuldade	227	83.76	44	16.24	271	

Fonte: elaborado pelos autores, 2022.

SM – Salários Mínimos

Em relação ao desfecho do estudo, oitenta estudantes (9,46%) afirmaram ter perdido alguma atividade acadêmica devido à dificuldade de custeio do curso. Destes, a maioria eram mulheres (61), não casadas (75), pardas e pretas (47), da classe B (32), com renda familiar de até 3 salários-mínimos (50), com familiar que participava do custeio da graduação desempregado ou com redução salarial durante a pandemia de COVID-19, não trabalhavam (49), cursava serviço social (26), recebiam algum tipo de bolsa (50; 62,5%) e possuíam grande dificuldade de custeio da graduação (44).

Na análise bivariada, associou-se significativamente à perda de atividade acadêmica a raça amarelo ou indígena, de classe social D/E, renda familiar de até 3 salários-mínimos, ter familiar que participa do custeio da graduação desempregado ou com redução salarial durante a pandemia de COVID-19, trabalhar e estudar concomitantemente, cursar serviço social, receber algum tipo de bolsa e possuir grande dificuldade de custeio da graduação. Sexo e estado civil não se associaram à perda de atividade acadêmica (Tabela 2).

Tabela 2 – Análise bivariada da perda das atividades acadêmicas devido dificuldade de custeio da graduação e fatores associados em uma instituição de ensino privada - Vitória, Espírito Santo, 2021.

	Enfermagem		Fisioterapia		Medicin		Serviço Social		Tot	Valor-p
Sexo	N	%	N	%	N	%	n	%	al	
Feminino	140	87,0	144	86,2	266	63,6	87	87	637	0,000
Masculino	21	13,0	23	13,8	152	36,4	13	13	209	
Estado Civil										
Casado/União Estável	15	9,3	6	3,6	10	2,4	12	12	43	0,000
Outros	146	90,7	161	96,4	408	97,6	88	88	803	
Cor da Pele										
Amarelo(a)	1	0,6	0	0,0	1	0,2	0	0	2	0,000

Branco(a)	88	54,7	86	51,5	331	79,2	29	29	534	
Indígena	1	0,6	0	0,0	1	0,2	0	0	2	
Preto(a)	19	11,8	17	10,2	4	1,0	25	25	65	
Pardo(a)	52	32,3	64	38,3	81	19,4	46	46	243	
Classe Social										
A	61	37,9	66	39,5	321	76,8	11	11	459	0,000
B1/B2	75	46,6	82	49,1	81	19,4	52	52	290	
C1/C2	23	14,3	19	11,4	16	3,8	36	36	94	
D/E	2	1,2	0	0,0	0	0,0	1	1	3	
Renda Familiar										
Entre 01 e 03 salários-mínimos	93	57,8	94	56,3	27	6,5	86	86	300	0,000
Entre 03 e 07 salários-mínimos	51	31,7	57	34,1	61	14,6	14	14	183	
Acima de 07 salários-mínimos	17	10,6	16	9,6	330	78,9	0	0	363	
Custeio da Graduação										
Recursos Próprios	61	37,9	85	50,9	367	87,8	17	17	530	0,000
Bolsista	100	62,1	82	49,1	51	12,2	83	83	316	
Dificuldade de Custeio										
Nenhuma	85	52,8	76	45,5	82	19,6	66	66	309	0,000
Pouco/moderada	38	23,6	38	22,8	183	43,8	7	7	266	
Muita/enorme	38	23,6	53	31,7	153	36,6	27	27	271	
Membro da família Desempregado										
Não	125	77,6	134	80,2	359	85,9	76	76	694	0,027
Sim	36	22,4	33	19,8	59	14,1	24	24	152	
Membro da Família Desempregado na Pandemia										
Não	116	72,0	124	74,3	319	76,3	73	73	632	0,718
Sim	45	28,0	43	25,7	99	23,7	27	27	214	
			Enfermagem	Fisioterapia	Medicina	Serviço Social	Tot	al	Valor-p	
Mãe/Pai com redução										

salarial na pandemia										
Não	65	40,4	71	42,5	190	45,5	51	51	0,11	1
Apenas mãe	27	16,8	22	13,2	45	10,8	20	20	114	
Apenas pai	32	19,9	29	17,4	75	17,9	14	14	150	
Ambos	37	23,0	45	26,9	108	25,8	15	15	205	
Trabalha e Estuda										
Não	115	71,4	126	75,4	396	94,7	44	44	0,00	0
Sim	46	28,6	41	24,6	22	5,3	56	56	681	165
Perda de Atividades devido Dificuldade de Custeio										
Não	145	90,1	151	90,4	396	94,7	74	74	0,00	0
Sim	16	9,9	16	9,6	22	5,3	26	26	766	80
Total	161	100,0	167	100,0	418	100	100	10	-	-
								0		

Fonte: Elaborado pelos autores, 2022.

O caso do curso de serviço social é peculiar na instituição analisada, por ser um curso noturno, com forte presença de mulheres pretas e pardas, das classes sociais B e C, com renda familiar de até 3 salários-mínimos, e que trabalham ao mesmo tempo que estudam. Nesses aspectos, é um curso oposto ao de medicina. Destaca-se que, nesse contexto, mais de 80% dos estudantes do curso de serviço social que participaram desta pesquisa recebiam algum tipo de bolsa de estudo, em comparação a 62,1% de alunos no curso de enfermagem, 49,1% no curso de fisioterapia e 12,2% no curso de medicina.

Mesmo assim, os estudantes de serviço social perderam alguma atividade acadêmica por dificuldade de custeio de sua graduação em uma proporção muito maior que os estudantes dos demais cursos analisados: 9.94% na enfermagem, 9.58% na fisioterapia, 5.26% na medicina e 26% no serviço social. Os cursos de enfermagem e fisioterapia se assemelham em alguns aspectos sociodemográficos ao curso de serviço social, evidenciando que o perfil dos estudantes de medicina destoa significativamente na IES (Tabela 3).

Tabela 3 – Análise multifatorial da perda de atividades acadêmicas devido dificuldade de custeio da graduação e fatores associados em uma Instituição de Ensino Privada, Vitória, Espírito Santo, 2021.

Cor da Pele	IRR (Bruta)	Valor-p	IRR (Ajustada)	Valor-p
Branco (a)	1.0	0.0000	1.0	0.0000
Amarelo (a)	8.6 (2.0-35.9)		10.9 (4.8-24.3)	
Indígena	8.6 (2.0-35.9)		7.7 (1.65-35.8)	
Preto (a)	4.0 (2.2-6.9)		1.6 (0.8-3.2)	
Pardo (a)	2.2 (1.4-3.6)		1.5 (0.9-2.5)	
Classe social				
A	1.0	0.0000	1.0	0.0785
B1/B2	2.4 (1.4-4.1)		1.5 (0.8-2.7)	
C1/C2	5.6 (3.2-9.6)		2.0 (0.9-4.4)	
D/E	21.8 (14.4-33.2)		4.4 (1.4-14.3)	
Renda familiar				
Entre 1 e 3 salários-mínimos	1.0	0.0000	1.0	0.3790
Entre 3 e 7 salários-mínimos	0.5 (0.3-0.9)		1.1 (0.5-2.1)	
Acima de 7 salários-mínimos	0.2 (0.1-0.4)		0.6 (0.2-1.6)	
Membro da família desempregado				
Não	1.0	0.0000	1.0	0.0280
Sim	2.9 (1.9-4.4)		1.7 (1.06-2.8)	
Membro da família desempregado na pandemia				
Não	1.0	0.0000	1.0	0.2624
Sim	2.4 (1.6-3.6)		1.3 (0.8-2.0)	
Mãe ou pai com redução salarial na pandemia				
Não	1.0	0.001	1.0	0.1274
Apenas mãe	2.2 (1.3-3.9)		1.4 (0.8-2.6)	
Apenas pai	0.5 (0.2-1.2)		0.5 (0.2-1.4)	
Ambos	1.7 (1.07-2.9)		1.3 (0.7-2.2)	
Dupla Jornada (trabalha e estuda)				
Não	1.0	0.000	1.0	0.2051
Sim	2.6 (1.7-3.9)		1.3 (0.8-2.1)	
Graduação				
Enfermagem	1.0	0.000	1.0	0.1404
Fisioterapia	0.9 (0.5-1.8)		1.1 (0.6-2.2)	
Medicina	0.5 (0.2-0.98)		1.7 (0.8-3.7)	
Serviço social	2.6 (1.4-4.6)		1.8 (0.9-3.3)	
Custeio da graduação				
Recursos Próprios	1.0	0.000	1.0	0.0414
Bolsista	2.8 (1.8-4.3)		1.8 (1.02-3.2)	
Dificuldade de custeio				
Nenhuma dificuldade	1.0	0.000	1.0	0.0000
Pouca/moderada dificuldade	0.2 (0.07-0.5)		0.4 (0.2-1.2)	
Muita/enorme dificuldade	0.1 (0.7-0.1)		2.5 (1.6-3.9)	

Fonte: elaborado pelos autores, 2022.

Na análise multivariada, permaneceram associadas à perda de atividade acadêmica e a cor da pele, ter algum familiar que participava no custeio da graduação desempregado, bem como a forma e a dificuldade de custeio da graduação. Chama atenção os resultados de que estudantes amarelos e indígenas possuíam respectivamente 10 e 7 vezes mais chance de perderem atividade que estudantes brancos; e estudantes que possuíam familiar desempregado tinham 70% mais chance do desfecho em relação

aos que não tiveram; bem como estudantes que recebiam algum tipo de bolsa e que possuíam dificuldade de custeio da graduação possuem, respectivamente, 80% e 205% mais chance de perderem atividades acadêmicas em relação a estudantes que custeavam sua graduação integralmente com recursos próprios e aqueles que não enfrentavam dificuldades de custeio.

DISCUSSÃO

A predominância do sexo feminino no presente estudo se alinha a prevalência desse gênero em cursos de graduação, especialmente na área da saúde. Tal questão nos aponta para uma reflexão sobre o papel da mulher na sociedade e suas múltiplas funções. Em nosso estudo, as mulheres do curso de serviço social, de raça amarela/indígena, com dupla jornada e que possuíam bolsas estudantis tiveram impactos significativos no tocante a perda das atividades acadêmicas ¹⁹.

Dados da Associação Brasileira de Ensino e Pesquisa em Serviço Social indicam que mais de 90% das estudantes de Serviço Social no país são mulheres, das quais mais de 70% são trabalhadoras e a maioria delas tem manifestado diversas dificuldades advindas da pandemia, colidindo com nossos resultados. De mesmo modo, a Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílio (PNAD) realizada em 2018 demonstra maior diferença percentual por sexo em relação a nível “superior completo” entre as pessoas da faixa etária de 25 a 44 anos de idade, de forma que o percentual de homens que completou a graduação foi de 15,6%, enquanto o de mulheres atingiu 21,5%. Há de se considerar que o percentual de mulheres brancas com ensino superior completo é 2,3 vezes maior do que para as mulheres pretas ou pardas, demonstrando não apenas uma desigualdade de sexo, como também de raça/cor no ensino superior ^{18, 20}.

A redução da realização de atividades acadêmicas, da participação em eventos científicos e da realização de atividades de pesquisa e extensão foi observada em alunos de serviço social da Universidade de Brasília (UnB), ocasionadas pelo desemprego, pela crise social e por problemas de saúde enfrentados por estudantes desse curso. Foi observado, também, uma maior dificuldade de acompanhamento e realização das atividades de ensino no sistema remoto em estudantes com maior vulnerabilidade socioeconômica, em especial as mulheres, com um significativo aumento de trancamento (20% no ano de 2021) no curso de serviço social neste ano no país ²¹.

Apesar de tal situação de vulnerabilidade ter sido observada no curso de serviço social, a instituição deste estudo possui um perfil elitizado de alunos, visto pela

prevalência da cor branca, pela classe social A/B e pela renda familiar, que nos demonstra proporcionalmente e significativamente que quanto pior as condições sociodemográficas maior a perda das atividades acadêmicas. Há de considerarmos, ainda, que, no país, o acesso ao ensino superior se dá desigualmente a partir da origem social dos jovens. Ao considerarmos a raça, vemos que pretos, amarelos e indígenas representam grande parte do contingente excluído no ensino superior, uma vez que o peso dessa hierarquia recai na reprodução da pobreza e das desigualdades sociais ¹³.

Observou-se no curso de medicina um perfil totalmente oposto ao curso de serviço social, visto que esse grupo de alunos possuiu menor grau de dificuldades em relação à perda das atividades e apresentava melhores condições socioeconômicas. Verificou-se que o menor quantitativo de bolsas estudantis estava no curso de medicina, bem como foi observado pagamento das mensalidades integral, reforçando a ideia da mercantilização deste curso no cenário estudado e no Brasil.

Além disso, as políticas públicas de estímulo ao ingresso na educação superior no país contribuíram igualmente para o incremento no número de vagas nos cursos de medicina, mediante o aumento dos financiamentos públicos em IES privadas e por meio da concessão de bolsas e subsídios, como o Fies e o ProUni, porém, em nossa pesquisa observou-se que o menor percentual de bolsas estudantis dentre todos os cursos pesquisados foi o de medicina ¹⁵.

De mesmo modo, a estrutura da educação superior brasileira é fortemente elitista e privatista, desde a colonização do Brasil até os dias de hoje, marcada por um monopólio das classes econômica e politicamente dominantes e vinculadas historicamente por heranças escravocratas e coloniais, mantendo uma distância social estável entre ricos e pobres, brancos e pretos, homens e mulheres. Para esses autores, o Brasil alimenta mecanismos (re)produtores da desigualdade e da injustiça social, mediante um sistema econômico composto por um funil invertido, onde no ápice estão os privilegiados e na base trabalhadores regulares e consumidores, com a maior parte da população marginalizada da economia e da sociedade ¹³.

Nesse sentido, os desprivilegiados, mesmo quando inseridos nas universidades públicas, sofreram também com a perda das atividades acadêmicas. Alunos de graduação de saúde, numa escala social inversa, ficaram prejudicados durante a pandemia, colidindo com os resultados do nosso estudo, apesar de cenários divergentes. Faz-se necessário considerarmos uma questão essencial, as instituições privadas, acirradas por questões capitalistas, não suspenderam as aulas e se adaptaram

rapidamente a metodologia remota, ao contrário das instituições públicas, que fizeram essa transição lentamente ou mesmo suspenderam as atividades acadêmicas ⁵.

Em nosso estudo não houve um levantamento específico das possibilidades aliadas à perda das atividades acadêmicas. No cenário público, questões como a falta de recursos, a dificuldade em acompanhar as aulas online, a necessidade de trabalhar ou auxiliar no lar, problemas de saúde familiar, perda de fonte de renda por algum familiar responsável financeiro (27% da amostra) e piora da situação financeira na família (40,7% da amostra) foi observada no grupo de alunos vulneráveis, corroborando em nossa pesquisa no tocante à perda de recursos e dificuldade de custeio ⁵.

Um estudo aponta que as dificuldades encontradas por estudantes de várias regiões do país, em específico no curso de serviço social, tanto em instituições públicas como privadas, estiveram relacionadas a: dificuldade de acesso a equipamentos de informática (86,5%); acompanhamento das atividades remotas (79,7%); diminuição de renda e/ou desemprego (74,3%); sobrecarga de trabalho, doméstico e externo (67,6%); falta de preparo para lidar com as tecnologias (63,5%); adoecimento mental (58,1%); crianças em idade escolar e sem aulas no lar (43,2%); adoecimento por COVID-19 (40,5%); e outras formas de adoecimento (27%). Os autores ainda relataram que foi unânime o desestímulo dos estudantes, que, aliada à perda de renda de algum membro na família, levou ao aumento nos trancamentos e abandonos/evasão escolar ¹⁶.

Vemos, então, a importância dos auxílios estudantis no cenário privado junto aos alunos vulneráveis, considerando o desmonte paulatino que as universidades públicas têm passado, aliado à regressão dos direitos sociais. Destaca-se a importância fundamental da educação na construção de uma sociedade justa e, nesse caso, as bolsas concedidas aos alunos no cenário privado compõem uma forma de tentar reduzir as lacunas das desigualdades sociais e raciais, onde a predominância de cursos superiores privados no Brasil representa, atualmente, 88,4% do total de cursos de graduação ^{22, 23}.

O fortalecimento da iniciativa privada no país foi visto de forma marcante a partir da década de 90 no governo, diante do sancionamento da Lei de Diretrizes e Bases da Educação (LDB) que abriu as portas para a privatização interna das universidades públicas feita com o empresariamento da educação superior, em um processo de expansão, ampliação do número de cursos e de vagas, a fim de promover a democratização da universidade e explicitar o modelo de educação como mercadoria ao estrangular o financiamento das universidades ²².

Posteriormente, a educação continuou sendo concebida como um setor de serviços não exclusivos do Estado, com alocação de recursos públicos para instituições privadas e o financiamento privado para instituições públicas, diluindo as fronteiras entre os dois setores. Todavia, com as emendas constitucionais 93/2016, a tendência deletéria em relação à graduação ficou fragilizada mediante a limitação orçamentária, afetando a autonomia universitária, a dissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão, o desenvolvimento de pesquisas e de produção de conhecimento, o financiamento para ciência e tecnologia, o desenvolvimento da pós-graduação, a assistência estudantil e todos investimentos para o acesso e a permanência nas universidades, a educação permanente do quadro de servidores das universidades, entre outros ^{22, 24, 25}.

Ressaltamos em nosso trabalho, uma importante via de dependência mútua no setor educacional entre a esfera público e privado; o setor público depende do privado para alocação de estudantes que não comportam nas universidades públicas, enquanto as instituições privadas necessitam desses recursos financeiros/subsídios públicos para se manterem, abraçando uma parcela de estudantes que não se enquadram no sistema de cotas das universidades públicas e na ampla concorrência, sendo um local de concentração de bolsas governamentais ²¹.

Dessa forma, o poder político permanente do Estado brasileiro demonstra, tanto na existência de leis de isenções fiscais quanto no financiamento de bolsas de estudos em IES privadas com financiamento público (Prouni), beneficiamentos junto ao segmento privado, fortalecidos por estratégias e projetos neoliberais no Brasil, articulado ao enfrentamento da crise do capital e ao reordenamento do Estado ²².

Nesse sentido, as bolsas estudantis ganham um destaque especial em nossa pesquisa e nas demais instituições privadas no país, as quais demonstraram ser um importante fator protetor para os alunos vulneráveis, embora essas isoladas não deem conta de todas as necessidades relacionadas ao ensino (trabalho, alimentação, moradia, transporte, material escolar, dentre outros gastos associados a graduação). Sendo assim, faz-se necessário discutir a relevância de uma proteção social mais ampla para garantir o acesso, a permanência e a qualidade do aprendizado. Vemos a educação inserida numa luta de classes: estrutural, política e econômica ²².

Em relação às bolsas estudantis aqui estudadas, foram consideradas como todo e qualquer auxílio financeiro governamental e institucional ofertado aos alunos em tempos de pandemia para cobrir os custos das mensalidades acadêmicas, tais como PROUNI, FIES, Nossa Bolsa, Educa Mais Brasil e outros descontos fornecidos pela

própria instituição, nesta pesquisa houve maior prevalência do Prouni (80%), seguido do FIES (16%) e demais bolsas (4%);

No tocante à redução da renda ou perda do trabalho de um dos responsáveis financeiros, verificou-se que efeitos sobre a perda das atividades acadêmicas. Uma nota técnica demonstrou que no primeiro trimestre de 2020, após as restrições impostas pelas autoridades, 15% dos brasileiros perderam sua ocupação e transitaram para o desemprego ou para a inatividade econômica em relação aos anos de 2018-2019, com base nos dados da PNAD. Identificou-se, ainda, uma elevação na probabilidade de perda do emprego, de maneira que as mulheres sofreram uma elevação de 7 a 8 p.p. nas chances de perder o emprego e as raças preto ou parda foram as mais predominantes na perda de suas atividades laborais, chegando a 18% ².

Nesse sentido, observa-se que a pandemia provocou não só uma crise econômica, mas uma crise social, racial e as desigualdades em grupos vulneráveis na sociedade e no mercado de trabalho foi mais aviltante, apresentando piores indicadores para populações em desvantagem. O desemprego e a redução de carga horária em responsáveis financeiros universitários influenciaram a redução do desempenho das atividades acadêmicas, visto que 68% desses alunos dependiam integralmente de suas famílias no tocante ao custeio da graduação, assim como em nosso trabalho ¹⁹.

Verificou-se, ainda, que a perda de trabalho foi 30% maior em trabalhadores inseridos no mercado de trabalho privado sem carteira assinada. Tal preocupação se realça por considerar que a permanência dos responsáveis em seus postos de trabalho está aliada à permanência no estudante no ensino superior, visto que há um percentual alto de alunos que dependem de seus progenitores para estudarem ¹⁹.

Cabe destacar que, durante a pandemia, houve um crescimento exponencial na taxa de desemprego e na redução da jornada de trabalho em todo o país, aumentando, assim, o trabalho informal e, por conseguinte, reduzindo a geração de impostos e o poder de compra do cidadão brasileiro. Essa mazela também foi responsável por impactar a retração na produção industrial, além da queda acentuada nos bens de consumo duráveis e bens de capital e a uma valorização do dólar, o que contribuiu para o aumento nos preços dos alimentos e produtos básicos. Sendo assim, a vida do brasileiro ficou mais cara durante a pandemia e a educação ficou ameaçada diante da prioridade da manutenção das necessidades básicas aos brasileiros ²⁶.

As medidas necessárias de isolamento social para o controle da doença restringiram a circulação de trabalhadores e consumidores, o que, conseqüentemente,

comprometeu a demanda por produtos e a oferta de trabalho. Apesar disso, nosso estudo não demonstrou grandes taxas de inadimplência ou evasão escolar. Assim, fazemos uma inferência tanto à proteção social ocasionada pelas bolsas estudantis, quanto ao perfil elitizado na instituição pesquisada, mas questionamos se isso se manterá.

Destaca-se, por fim, a associação significativa do desempenho acadêmico provocado pela pandemia da COVID-19 com condições financeiras e mudanças nas condições de trabalho de responsáveis financeiros em alunos na graduação em saúde, tanto em instituições públicas como privadas, mas o setor privado foi o mais prejudicado¹⁹.

Apesar de termos nesta pesquisa um número expressivo de participantes, os resultados não fazem uma relação de causa e efeito definitiva, uma vez que a pandemia não acabou, bem como os efeitos serão sentidos a longo prazo e podem surgir novas variáveis a serem tratadas, como os aspectos metodológicos das instituições de ensino superior. O estudo, por ser transversal, nos traz um recorte dos acontecimentos em uma única escola e em um dado momento vivenciado na pandemia, logo, não há como generalizar tais informações. Uma limitação foi uma amostra pequena de grupos populacionais estudados, como exemplo dos estudantes do curso de serviço social, e não termos avaliado como e quais atividades foram perdidas, nem o desempenho acadêmico dos discentes durante a pandemia, o que demonstra a necessidade de outros estudos que ampliem a complexidade do assunto em pauta.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A pandemia de COVID-19 instalou uma crise estrutural do capital que tem adquirido dimensões econômicas, políticas, sociais e sanitárias devastadoras para todos os segmentos e classes da sociedade. Os resultados de nosso trabalho nos remetem a uma profunda reflexão acerca dos desafios colocados para a formação de profissionais de saúde, em especial aos estudantes dos cursos de serviço social. Aponta-se, ainda, que os efeitos da pandemia podem acirrar possíveis mudanças metodológicas no ensino superior, uma vez que possibilitou a inclusão de atividades remotas fixas como parte da formação acadêmica diante de um sistema híbrido (presencial ou a distância).

Além disso, foi possível apontar que algumas variáveis sociodemográficas, como raça e renda familiar estiveram diretamente relacionadas à perda de atividades acadêmicas via ensino remoto, mesmo num cenário privado. De mesmo modo, o fator

financeiro, temido por toda a sociedade, foi verificado neste estudo mediante a dificuldade de um grupo vulnerável a custear o ensino. Tal questão está relacionada à piora da situação financeira da família durante a pandemia da COVID-19.

Estudos posteriores, em especial longitudinais em âmbito universitário, trarão melhor compreensão do desfecho da proteção social causada pelos auxílios estudantis aqui verificados. Este trabalho é um ponto de partida para a investigação futura nesta área, visto os poucos estudos dessa temática seja em base de dados na área da saúde ou educação, em especial a CAPES.

A temática é relevante em diversas áreas: política, econômica, educacional, saúde e social, não apenas em tempos de pandemia, mas numa breve pós-pandemia e num futuro próximo num novo cenário estudantil, demonstrando os desafios a serem enfrentados para garantir formação acadêmica de qualidade e profissionais habilitados a atuarem nas necessidades sanitárias e epidemiológicas da saúde da população brasileira, buscando a reconstrução de uma nova sociedade.

Destaca-se a parcialidade dos resultados desta pesquisa e a necessidade de esforços contínuos no acompanhamento das questões apresentadas. A pesquisa, por ser transversal, representa um recorte de um momento vivenciado por jovens universitários em 2021. Propõe-se um acompanhamento observacional e longitudinal acerca das perdas das atividades acadêmicas em longo prazo, a evasão escolar, a inadimplência e o desempenho estudantil em tempos de pandemia, seja em IES públicas ou privadas, a fim de delinear a formação em saúde num período tão crítico como o vivenciado.

REFERÊNCIAS

1. World Health Organization. Coronavirus disease 2019: situation report-46 [Internet]. Geneva: WHO; 2020 [cited 2023 Jan 10]. Available from: https://www.who.int/docs/default-source/coronaviruse/situation-reports/20200306-sit-rep-46-covid-19.%20pdf?sfvrsn=96b04adf_2.
2. Barbosa ALNH, Costa JS, Hecksher M. Mercado de trabalho e pandemia da COVID-19: ampliação de desigualdades já existentes? [internet]. Brasília: IPEA; 2020 [cited 2023 Jan 16]. Available from: https://repositorio.ipea.gov.br/bitstream/11058/10186/1/bmt_69_mercdetrabalho.pdf.
3. Grossi MGR, Minoda DSM, Fonseca RGP. Impacto da pandemia do COVID-19 na educação: reflexos na vida das famílias. Teoria e Prática da Educação [Internet]. 2020 [cited 2023 Jan 10]; 23 (3): 150-170. Available from: <https://doi.org/10.4025/tpe.v23i3.53672>.
4. Arruda EP. Educação remota emergencial: elementos para políticas públicas na educação brasileira em tempos de COVID-19. EmRede [internet]. 2020 [cited 2023 Jan 10]; 7(1):257-75. Available from: <https://doi.org/10.53628/emrede.v7.1.621>.

5. Fagundes AT, Willrich JQ, Antonacci MH, Kantorski LP, Portela DL, Souza TT. Universitários no contexto da COVID-19: perfil, comportamentos e atividades acadêmicas. *Cogitare Enferm.* [Internet]. 2022 [cited 2023 Jan 11]; 27: e82306. Available from: <http://dx.doi.org/10.5380/ce.v27i0.82306>.
6. Brasil. Ministério da Educação. Portaria nº 343, de 17 de março de 2020. Dispõe sobre a substituição das aulas presenciais por aulas em meios digitais enquanto durar a situação de pandemia do Novo Coronavírus - COVID-19 [internet]. *Diário Oficial da União.* 2020 [cited 2023 Jan 11]. Available from: <https://www.in.gov.br/en/web/dou/-/portaria-n-343-de-17-de-marco-de-2020-248564376>.
7. Brasil. Ministério da Educação. Portaria nº 345, de 19 de março de 2020. Altera a Portaria MEC no 343, de 17 de março de 2020 [internet]. *Diário Oficial Da União.* 2020 [cited 2023 Jan 11]. Available from: <https://abmes.org.br/legislacoes/detalhe/3025/portaria-mec-n-345-2020>.
8. Brasil. Ministério da Educação. Portaria nº 473, de 12 de maio de 2020. Prorroga o prazo previsto nº § 1º do art. 1º da Portaria no 343, de 17 de março de 2020. [internet]. *Diário Oficial Da União.* 2020 [cited 2023 Jan 11]. Available from: <https://www.in.gov.br/en/web/dou/-/portaria-n-473-de-12-de-maio-de-2020-256531507?inheritRedirect=true&redirect=%2Fweb%2Fguest%2Fsearch%3FqSearch%3DPoortaria%2520473%252C%252012%2520de%2520maio%2520de%25202020>.
9. Brasil. Ministério da Educação. Portaria nº 544, de 16 de junho de 2020. Dispõe sobre a substituição das aulas presenciais por aulas em meios digitais, enquanto durar a situação de pandemia do novo coronavírus - Covid-19, e revoga as Portarias MEC nº 343, de 17 de março de 2020, nº 345, de 19 de março de 2020, e nº 473, de 12 de maio de 2020. [internet]. *Diário Oficial Da União.* 2020 [cited 2023 Jan 11]. Available from: <https://abmes.org.br/legislacoes/detalhe/3185/portaria-mec-n-544-2020>
10. Amaral E, Polydoro S. Os desafios da mudança para o ensino remoto emergencial na graduação na UNICAMP – Brasil. *Linha Mestra* [Internet]. 2020 [cited 2023 Jan 10]; 14 (41): 52-62. Available from: <https://doi.org/10.34112/1980-9026a2020n41Ap52-62>.
11. Yang D, Tu C, Dai X. The effect of the 2019 novel coronavirus pandemic on college students in Wuhan. *Psychol. Trauma* [Internet]. 20220 [cited 2023 Jan 11]; 12 (1): 6-14. Available from: <https://psycnet.apa.org/fulltext/2020-41745-001.html>.
12. Brasil. Lei nº 12.711, de 29 de agosto de 2012. Dispõe sobre o ingresso nas universidades federais e nas instituições federais de ensino técnico de nível médio e dá outras providências [internet]. *Diário Oficial da União.* 2012 [cited 2023 Jan 11]. Available from: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2012/lei/112711.htm.
13. Nierotka RL, Trevisol JV. Desigualdades sociais e elitismo da educação superior brasileira. In: Nierotka RL, Trevisol JV. *Ações afirmativas na educação superior: a experiência da Universidade Federal da Fronteira Sul.* Chapecó: Editora Uffs; 2018. p. 12-39.
14. Andriola WB, Barrozo Filho JL. Avaliação de Políticas Públicas para a Educação Superior: o caso do Programa Universidade para Todos (PROUNI). Avaliação (Campinas; Sorocaba) [internet]. 2020 [cited 2023 Jan 16]; 25 (3): 594-621. Available from: <https://doi.org/10.1590/S1414-40772020000300005>.
15. Santos Júnior CJ, Misael JR, Trindade Filho EM, Wyszomirska RMAF, Santos AA, Costa PJMS. Expansão de vagas e qualidade dos cursos de Medicina no Brasil: “em

- que pé estamos??. Rev Bras Educ Med [Internet]. 2021 [cited 2023 Jan 11]; 45 (2): e058. Available from: <https://doi.org/10.1590/1981-5271v45.2-20200523>.
16. Pereira LD, Telles A, Lopes GS. Formação em tempos de pandemia: análise das atividades formativas desenvolvidas pelos cursos presenciais de serviço social no ano de 2020. Revista em Pauta [Internet]. 2021 [cited 2023 Jan 11]; 19 (48): 203-218. Available from: <https://doi.org/10.12957/rep.2021.60307>.
 17. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. Censo Demográfico 2021. [internet]. Rio de Janeiro: IBGE; 2021 [cited 2023 Jan 16]. Available from: <https://www.ibge.gov.br/estatisticas/sociais/populacao/9103-estimativas-de-populacao.html>
 18. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua [internet]. Rio de Janeiro: IBGE; 2018 [cited 2023 Jan 16]. Available from: <https://www.ibge.gov.br/estatisticas/sociais/trabalho/17270-pnad-continua.html?edicao=24772&t=resultados>.
 19. Vieira-Santos J, Paiva WF, Mendes-Pereira CC. Percepções de estudantes universitários brasileiros sobre o impacto da pandemia de COVID-19 na rotina acadêmica. Res., Soc. Dev. [Internet]. 2022 [cited 2023 Jan 11]; 11 (4): e40411425083. Available from: <http://dx.doi.org/10.33448/rsd-v11i4.25083>.
 20. Associação Brasileira de Ensino e Pesquisa em Serviço Social. Trabalho e ensino remoto emergencial [internet]. Brasília: ABEPSS; 2021 [cited 2023 Jan 10]. Available from: https://www.abepss.org.br/arquivos/anexos/20210611_formacao-em-servico-social-e-o-ensino-remoto-emergencial-202106141344485082480.pdf.
 21. Elias M, Alves E. Desafios da formação profissional em Serviço Social no contexto brasileiro da pandemia da COVID-19. Serv. Soc. Soc. [internet]. 2022 [cited 2023 Jan 16]; (144): 71-90. Available from: <https://doi.org/10.1590/0101-6628.281>.
 22. Lusa MG, Marinelli T, Moraes SA, Almeida TP. A Universidade pública em tempos de ajustes neoliberais e desmonte de direitos. Rev. Katálysis [Internet]. 2019 [cited 2023 Jan 11]; 22 (3): 536-547. Available from: <https://doi.org/10.1590/1982-02592019v22n3p536>.
 23. Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira. Censo da Educação Superior 2020 [internet]. Brasília: INEP; 2020 [cited 2023 Jan 11]. Available from: https://download.inep.gov.br/publicacoes/institucionais/estatisticas_e_indicadores/resumo_tecnico_censo_da_educacao_superior_2020.pdf.
 24. Brasil. [Constituição (1988)]. Emenda Constitucional nº 93, de 8 de setembro de 2016. Altera o Ato das Disposições Constitucionais Transitórias para prorrogar a desvinculação de receitas da União e estabelecer a desvinculação de receitas dos Estados, Distrito Federal e Municípios [internet]. Diário Oficial da União. 2016 [cited 2023 Jan 11]. Available from: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/emendas/emc/emc93.htm.
 25. Brasil. [Constituição (1988)]. Emenda Constitucional nº 95, de 15 de dezembro de 2016. Altera o Ato das Disposições Constitucionais Transitórias, para instituir o Novo Regime Fiscal, e dá outras providências [internet]. Diário Oficial da União. 2016 [cited 2023 Jan 11]. Available from: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/emendas/emc/emc95.htm.
 26. Bosquerolli AM, Fajarra BH, Kessey GABR, Colaço HM, Oliveira HV, Santos LCG *et al.* Brasil e o mundo diante da Covid-19 e da crise econômica [internet]. Curitiba:

Universidade Federal do Paraná; 2020 [cited 2023 Jan 11]. 102 p. Available from: <https://www.ufpr.br/portalufpr/wp-content/uploads/2020/07/Brasil-e-o-mundo-diante-da-Covid-19-e-da-crise-economica.pdf>.

27. Dweck E, Rocha CF, Freitas F, Ferraz JC, Torracca J, Costas KV *et al*. Impactos Macroeconômicos e Setoriais da Covid-19 no Brasil [internet]. Rio de Janeiro: Universidade Federal do Rio de Janeiro; 2020 [cited 2023 Jan 11]. 45 p. Available from: https://www.ie.ufrj.br/images/IE/grupos/GIC/GIC_IE_NT_ImpactosMacroSetoriaisdac19noBrasilvfinal22-05-2020.pdf.